

Organização:  
Solange Jobim e Souza  
Marcia Moraes



# TECNOLOGIAS

E MODOS DE SER NO CONTEMPORÂNEO

EDITORA  
PUC  
RIO

**7** LETRAS ]



*Reitor*

Pe. Josafá Carlos de Siqueira, S.J.

*Vice-Reitor*

Pe. Francisco Ivern Simó, S.J.

*Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos*

Prof. José Ricardo Bergmann

*Vice-Reitor para Assuntos Administrativos*

Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

*Vice-Reitor para Assuntos Comunitários*

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

*Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento*

Pe. Francisco Ivern Simó, S.J.

*Decanos*

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Reinaldo Calixto de Campos (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBM)

Organização:  
Solange Jobim e Souza  
Marcia Moraes



# TECNOLOGIAS

E MODOS DE SER NO CONTEMPORÂNEO

EDITORA  
**PUC**  
RIO

**7** LETRAS ]

© Editora PUC-Rio  
Rua Marquês de S. Vicente, 225  
Projeto Comunicar – Casa Agência/Editora  
Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22453-900  
Telefax: (21)3527-1760/1838  
Site: [www.puc-rio.br/editorapucrio](http://www.puc-rio.br/editorapucrio)  
E-mail: [edpucrio@puc-rio.br](mailto:edpucrio@puc-rio.br)

*Conselho Editorial*

Augusto Sampaio, Cesar Romero Jacob, Fernando Sá, José Ricardo Bergmann,  
Luiz Roberto Cunha, Maria Clara Lucchetti Bingemer, Miguel Pereira e  
Reinaldo Calixto de Campos.

*Capa e projeto gráfico*

Flávia da Matta Design

*Revisão de originais*

Débora de Castro Barros

*Revisão de provas*

Gilberto Scheid

© Viveiros de Castro Editora Ltda.  
Rua Goethe, 54  
Botafogo, Rio de Janeiro – RJ  
CEP 22281-020  
Telefone: (21) 2540-0076  
Site: [www.7letras.com.br](http://www.7letras.com.br)  
E-mail: [editora@7letras.com.br](mailto:editora@7letras.com.br)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou por quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

© Editora PUC-Rio e 7Letras, Rio de Janeiro, Brasil, 2010.

Tecnologias e modos de ser no contemporâneo / organizadores: Solange Jobim e Souza, Marcia Moraes. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio : 7 Letras, 2010.

260 p. ; 21 cm

Inclui bibliografia.

ISBN (Ed. 7Letras) 978-85-7577-705-3

ISBN (Ed. PUC-Rio) 978-85-8006-009-6

1. Psicologia social. 2. Tecnologia – Aspectos sociais. I. Souza, Solange Jobim e. II. Moraes, Marcia.

CDD: 302

## Sumário

- 7 **Apresentação**  
Marcia Moraes  
Solange Jobim e Souza
- 9 **Natureza, tecnociências e educação**  
Marcos Reigota
- 25 **Álbuns de bebê: reflexões sobre tecnologias que performam personalidades**  
Mary Jane P. Spink
- 53 **Materialidades e socialidades no cotidiano: múltiplos modos de ordenamento da deficiência visual**  
Marcia Moraes  
Ronald Arendt
- 75 **Políticas públicas, governamentalidade e diversidade sexual: as tecnologias da educação como campo de investimento e inflexão do dispositivo da sexualidade**  
Henrique Caetano Nardi
- 99 **Políticas públicas e educação superior: o jornal como ator social**  
André Werneck Barrouin  
Solange Jobim e Souza

- 127 **Dispositivo legal como tecnologia de governo da vida:  
usos e efeitos da Lei Maria da Penha**  
Benedito Medrado  
Jefferson Bernardes  
Ricardo Pimentel Mélo
- 157 **A Previdência rural e a constituição de modos de  
ser mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco**  
Milagros C. García Cardona  
Rosineide Meira Cordeiro
- 185 **“Ligeiramente humana”: novas biotecnologias e  
a experiência de si no contemporâneo**  
Simone M. Hüning  
Neuza M. F. Guareschi
- 219 **Tecnologias em saúde reprodutiva:  
implicações nos modos de ser contemporâneos**  
Vera Sonia Mincoff Menegon
- 243 **Literatura infantil como tecnologia de  
governo da infância**  
Betina Hillesheim  
Lílian Rodrigues da Cruz
- 255 **Sobre os autores**

## Apresentação

Este livro compreende um conjunto de reflexões teórico-metodológicas produzidas pelos integrantes do Grupo de Trabalho (GT) *Cotidiano e Práticas Sociais*, que se reuniu em maio de 2008, em Natal, Rio Grande do Norte, durante o XII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Psicologia (Anpepp).

Desde sua fundação, no ano 2000, o grupo vem agregando pesquisadores de diversas áreas da psicologia e da educação, situados em programas de pós-graduação sediados em diferentes regiões do País, que compartilham a preocupação de que o pensamento teórico-prático deve servir ao enfrentamento dos inúmeros desafios cotidianos de nossa sociedade. Portanto, a característica principal que integra os participantes desse grupo é o interesse permanente pela construção de uma psicologia engajada no cenário das questões políticas, econômicas, sociais e culturais da realidade brasileira.

No último encontro da Anpepp, o grupo propôs-se analisar o lugar das tecnologias no cotidiano e suas implicações nos modos de ser contemporâneos. Em um primeiro momento, a questão principal para os integrantes do grupo era a de definir um caminho teórico comum para a abordagem da ampla diversidade de temas específicos que podem ser analisados a partir de questões que tangenciam o tema central. Foi a partir dos autores que se constituem em referências fundamentais para se refletir sobre a contemporaneidade e seus desafios, tais como Foucault, Latour, Mol, Vattimo, Agamben, Despret, entre outros, que começou então a se delinear,

# Políticas públicas e educação superior: o jornal como ator social<sup>1</sup>

André Werneck Barrouin

Solange Jobim e Souza

Este texto apresenta os resultados da primeira etapa de uma pesquisa em desenvolvimento sobre o sistema de cotas em universidades brasileiras e as perspectivas para a juventude antes e depois da entrada no ensino superior.<sup>2</sup> Inicialmente, nosso objetivo foi mapear os discursos e a produção de sentidos de matérias jornalísticas que abordavam o tema das políticas públicas para o ensino superior, especificamente as que apresentavam em comum o tema da criação de novos mecanismos de acesso às universidades. Com essa investigação, acompanhamos a relevância desse tema no campo social, dando ênfase especial às “vozes” convocadas – ou silenciadas – a ocupar lugares discursivos distintos nas páginas do jornal. O olhar sobre a cobertura jornalística dessas medidas deflagrou um campo de disputas políticas importante. Nessa etapa da investigação, nosso objetivo foi construir uma metodologia para compreender

---

1 Este texto é uma versão modificada e ampliada do artigo “Políticas públicas para o ensino superior e suas representações midiáticas: analisando a produção de sentidos e o papel político-social dos jornais”, que conquistou o primeiro lugar, categoria Estudante, do II Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira, 2009 – “Experiências em Psicologia e Políticas Públicas”, promovido pelo CRP-RJ.

2 Este trabalho integra um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado “O sistema de cotas em universidades públicas brasileiras e as perspectivas para a juventude antes e depois da entrada no ensino superior: uma pluralidade de vozes”, financiado pelo CNPq e pela Faperj, e que está sendo desenvolvido no âmbito do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa da Subjetividade, Departamento de Psicologia da PUC-Rio, sob a orientação da professora Solange Jobim e Souza, desde março de 2008. Os resultados que iremos relatar são parte integrante do subprojeto “O pré-vestibular comunitário como espaço de subjetivação e implicação política”, desenvolvido por André Werneck Barrouin.

como acontece a *fabricação dos fatos* no contexto do discurso jornalístico, tornando evidente as disputas no campo social no que diz respeito às políticas públicas para o ensino superior. Desse modo, a análise das notícias permite observar e destacar as tensões nas relações de poder que estão em jogo em um determinado momento histórico sobre o tema em pauta. Tendo como base o posicionamento epistemológico e metodológico da teoria *ator-rede* (Latour, 1994; Moraes, 2004; Arendt, 2008),<sup>3</sup> tomamos os redatores envolvidos na elaboração das notícias do jornal *O Globo*, assim como também o jornal propriamente dito na sua materialidade e na sua forma de dispor as notícias, como atores ou “actantes”,<sup>4</sup> cuja intenção seria “encenar”<sup>5</sup> ou “fazer existir” uma dada realidade. Essa

---

3 Moraes (2004), citando Latour (1992) e Callon (1986), afirma que a noção de rede refere-se a fluxos, circulações, alianças, movimentos, em vez de remeter a uma entidade fixa. Uma rede de atores não é redutível a um único ator, nem a uma rede; ela é composta de séries heterogêneas de elementos animados e inanimados, conectados e agenciados. Por um lado, a rede de atores deve ser diferenciada da tradicional categoria sociológica de ator, que exclui qualquer componente não humano. Por outro, também não pode ser confundida com um tipo de vínculo que liga de modo previsível elementos estáveis e perfeitamente definidos, porque as entidades das quais ela é composta, sejam naturais ou sociais, podem a qualquer momento redefinir sua identidade e suas mútuas relações, trazendo novos elementos. Assim, uma rede de atores é simultaneamente um ator, cuja atividade consiste em fazer alianças com novos elementos, e uma rede, capaz de redefinir e transformar seus componentes.

4 Moraes (2004) esclarece que para Bruno Latour um ator ou *actante* se define como qualquer pessoa, instituição ou coisa que tenha agência, isto é, produza efeitos no mundo e sobre ele. A autora enfatiza a necessidade de se diferenciar o sentido atribuído por Latour do sentido tradicional, porque, neste último caso, ator se confunde com a noção de fonte de ação atribuída a um humano. Na acepção de Latour, um *actante* é caracterizado pela heterogeneidade de sua composição; ele é, antes, uma dupla articulação entre humanos e não humanos, e sua construção se faz em rede.

5 O termo *enacting*, cuja tradução neste contexto é “encenar” ou “fazer existir” (Law e Urry, 2002), significa que a realidade social não é uma entidade que existe em si mesma, mas é permanentemente produzida com o auxílio de atores humanos e não humanos, não sendo, portanto, nem fixa, nem imutável, mas, ao contrário, móvel e em permanente transformação. A teoria ator-rede e o conceito de *enacting* nos permitem compreender o mundo social e sua materialidade como elementos tensionados, gerando *performances* que desencadeiam resultados múltiplos e diversos. Os autores utilizam o conceito de *enacting* para defender uma nova maneira de investigação cien-

realidade é deflagrada pelos efeitos das negociações em rede, que são desencadeadas no campo social, ou seja, a interlocução com os possíveis leitores do jornal *O Globo*, a sua interface com outras instituições jornalísticas, os fluxos de interesses políticos que atravessam suas matérias, além do lugar ocupado pelo pesquisador, sujeito interessado em analisar e explicitar o tema das políticas públicas para o ensino superior. O objetivo desta pesquisa é, portanto, se utilizar de conceitos da teoria ator-rede para tornar visível o modo como se explicita a organização textual do material selecionado, assim como, também, a expressão das tensões e das relações de poder que engendram tomadas de posições no âmbito social sobre o tema em pauta. Com isso, pretende-se ampliar a compreensão sobre as decisões que se delineiam no campo social, a partir das contribuições e interferências dos diversos *actantes*, com destaque especial para a mídia impressa, na intenção de “fazer existir” um conjunto de ações políticas direcionadas ao ensino superior em um dado momento histórico.

As políticas em questão são o Reuni, o ProUni e as cotas nas universidades para estudantes oriundos de escolas públicas e/ou autodeclarados negros. Marcadas as diferenças, todas elas se propõem medidas inclusivas no campo da educação e, de certa maneira, são destinadas a uma parcela da população brasileira na qual se enquadram os alunos de pré-vestibulares comunitários, sujeitos de um dos segmentos da pesquisa mais ampla.

Nessa etapa, a pesquisa trabalhou com a análise das notícias veiculadas no jornal *O Globo*, durante o período de março a junho

---

tífica no campo das ciências sociais, ou seja, nessa perspectiva os discursos científicos não descrevem propriamente a realidade social, mas contribuem para fazer existir ou encenar uma determinada realidade. É nesse sentido que os discursos jornalísticos, tomados como materialidades, desencadeiam sentidos e ações, que, por sua vez, geram fatos e realidades que interferem no mundo social. Voltaremos a este ponto mais adiante, ao longo das análises que iremos apresentar.

de 2008, tendo como foco principal acompanhar a maneira como esse veículo de comunicação conduziu o debate sobre os temas, incluindo a forma como apresentou as ações referentes a essas políticas. O objetivo foi mapear os sentidos produzidos por essa modalidade discursiva específica, considerando elementos para além do próprio texto, em uma perspectiva multimodal.<sup>6</sup> Desse modo, procuramos observar quais atores ou *actantes* foram convocados, ou não, a participar da produção de realidades sociais, no que diz respeito ao embate sobre a questão da definição de políticas públicas para o ensino superior.

### **Políticas públicas e educação superior:**

#### **Reuni, ProUni e a política de cotas**

No dia 24 de abril de 2007, por meio do Decreto nº 6.096, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. O programa foi desenvolvido “com o objetivo de criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”.<sup>7</sup>

Apesar de sua implementação ter sido pautada no princípio da adesão, a discussão sobre as metas e condições do programa enfrentou fortes resistências por parte de diretórios acadêmicos, movimentos estudantis e associações de docentes contrários a essa política. Esse processo envolveu a organização de assembleias, eventos e abaixo-assinados em diferentes Estados, chegando a ocorrer ocupações por estudantes em diversas reitorias, o que exigiu, em al-

---

6 De acordo com Mary Jane Spink (2006), “uma análise discursiva adequada à descrição dos produtos multimodais é levar em consideração processos de produção de sentidos fundamentados, concomitantemente, no potencial semiótico dos materiais utilizados e em humanos tomados como atores sociais. Ou seja, todos os aspectos da materialidade e todas as modalidades usadas em um objeto/fenômeno/texto multimodal contribuem para a produção de sentidos” (p. 20).

7 Trecho do art. 1º do Decreto nº 6.096.

guns casos, atuações da Polícia Federal para reintegração de posse. Porém, apesar das tensões encontradas, no dia 20 de dezembro de 2007, a UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) foi a 53ª instituição a apresentar proposta de expansão ao Ministério da Educação, representando a adesão total das universidades contempladas por essa política.

O Reuni apresenta uma série de dimensões em seu programa, descritas no ponto 3.2.1 do documento intitulado *Diretrizes Gerais*, elaborado pelo MEC. Duas delas, porém, afetam mais diretamente o acesso e a permanência nas universidades federais por parte de uma parcela específica de jovens historicamente excluídos do ambiente acadêmico. Podemos incluir também aqueles que se preparam em diversos cursos pré-vestibulares comunitários para enfrentar os exames. São estas as dimensões:<sup>8</sup>

(A) Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública;  
Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;  
Redução das taxas de evasão;  
Ocupação das vagas ociosas.

(E) Compromisso Social da Instituição;  
Políticas de inclusão;  
Programas de assistência estudantil;  
Políticas de extensão universitária.

Durante o período especificado, acompanhamos os desdobramentos do programa através das matérias publicadas no jornal, no primeiro ano em que passou a vigorar. A intenção era observar a maneira como se cobriam as primeiras medidas do Reuni, e quais os sentidos que se produziam sobre o programa, atrelados à forma com que se construía e organizavam os discursos a seu respeito.

---

8 Trecho das Diretrizes Gerais do Reuni, p. 11.

Outra importante política no campo da educação superior observada nas notícias foi o ProUni. O Programa Universidade para Todos foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Seu objetivo é conceder bolsas de estudos integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior, oferecendo, em contrapartida, a isenção de alguns tributos para as universidades conveniadas.

“Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos”,<sup>9</sup> o ProUni atravessava uma encruzilhada em seu quarto ano de existência. Por um lado, passava por um período de reformulação de diretrizes, incluído nesse processo o 1º Encontro de Estudantes do ProUni, ocorrido no dia 29 de março de 2008 durante o Fórum Mundial de Educação em Nova Iguaçu. Nesse evento, os estudantes bolsistas entregaram ao atual ministro da Educação um documento contendo a descrição dos mais diversos problemas que eles encontraram no ambiente universitário e nas condições que o programa estabelecia. Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal realizava, na mesma época, o julgamento de duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIIn) contra o ProUni. O argumento era que, ao beneficiar estudantes de baixa renda e/ou reservar cotas para os autodeclarados negros e indígenas, o programa estaria criando uma discriminação entre os cidadãos brasileiros, violando o princípio da isonomia.

Apesar de seus números expressivos relativos à inclusão no ensino superior brasileiro, o programa recebia uma série de críticas e se encontrava no meio de disputas políticas que ameaçavam a sua própria manutenção. Isso se evidencia ainda hoje, com os recentes casos de fraude no programa – noticiados no mesmo jornal estudado –, envolvendo alunos bolsistas que têm renda

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://prouni-inscricao.mec.gov.br/ProUni/Oprograma.shtm>>.

superior ao estabelecido ou possuem carros importados em seu patrimônio.

Com isso, chegamos à terceira e última política observada e acompanhada nesse período, em meio a um grupo de políticas mais amplo. São elas: as políticas internamente adotadas em algumas universidades federais e estaduais, responsáveis por implantar a reserva de vagas para estudantes da rede pública, incluindo também cotas raciais, em especial as referentes aos estudantes autodeclarados negros.

Além das políticas vigentes nessa categoria, a polêmica particular em torno desse tema é muito ampla, pois perpassa o delicado tema do racismo em um País que carrega em sua história relativamente recente um passado escravocrata. Isso acaba trazendo para o debate atual a possibilidade da institucionalização das cotas nesse segmento da educação do País, representada pelo Projeto de Lei nº 73/1999, que propõe a instituição de cotas nas universidades federais para alunos oriundos de escolas públicas, incluindo subcotas raciais. As cotas seriam singularmente calculadas e proporcionalmente definidas de acordo com a configuração étnica da população de cada Estado, pautadas nos dados do IBGE.

Esse grupo de políticas públicas, composto pelo Reuni, pelo ProUni e pelas cotas raciais, é representado de diferentes maneiras nas notícias analisadas, funcionando como o ponto de partida para a investigação da pesquisa que se inicia. A questão principal é tentar apreender o papel político-social que o jornal desempenha ao tratar dessas medidas, mapeando os discursos que circulam nesse meio sobre o tema, bem como os sentidos implícitos naquilo que está impresso.

### ***Enacting: o jornal como ator social***

No artigo “Enacting the social”, Jonh Law e Jonh Urry (2003) argumentam que as ciências sociais precisam se libertar das metodo-

logias de pesquisa do século XIX, caso tenham a pretensão de produzir um discurso científico coerente e aplicável ao contexto contemporâneo. São defensores dessa posição, pois acreditam que nos tempos atuais não seria possível entender as ciências sociais pautadas em uma postura de neutralidade, em que o pesquisador observa os objetos do seu campo de maneira imparcial, independentemente dos contextos históricos e linguísticos que o atravessam. Esses métodos apoiam-se na premissa de descobrir e descrever o funcionamento do mundo tal como ele é, ou seja, atuam como se possuíssem um mecanismo de acesso para a realidade das coisas em si ou como se detivessem as chaves metodológicas para as verdades universais.

Herdeiros da tradição pragmática da linguagem, os autores apresentam o conceito *enacting* para defender uma nova maneira de investigação científica no campo das ciências sociais, cuja tradução para o português se aproximaria dos termos “encenação”, “atuação” ou “fazer existir”. Esse conceito parte do entendimento da realidade como produção social em constante transformação, proveniente dos acordos linguísticos e das práticas sociais que se estabelecem em um dado momento histórico. O que se entende com isso é que as palavras, sendo práticas sociais, engendram o mundo ao se pronunciarem sobre ele.<sup>10</sup> Vale dizer que a palavra aqui é considerada como materialidade, melhor dizendo, a palavra, quer seja falada ou escrita, é objeto articulador de sociabilidades e materialidades. Portanto, as ciências sociais produziriam realidades ao descrever o mundo, atuando sobre ele de maneira performativa, produzindo o social ou “*enacting the social*”, como sugere o título

---

10 No que diz respeito à concepção de linguagem aqui adotada, admitimos, com Mikhail Bakhtin e Wittgenstein, a impossibilidade do acesso a uma realidade independente da linguagem. Com base nos autores citados, reconhecemos a linguagem como prática social e, conseqüentemente, sua vinculação a diversos interesses e intenções. Portanto, a linguagem articula materialidades e sociabilidades, ou seja, por trás das práticas sociais existe sempre um “texto”, mesmo que este não se expresse convencionalmente por palavras, faladas ou escritas. Ver Albuquerque, Jobim e Souza, 2008.

do artigo. Neste momento, surge um questionamento ético importante, pois, se o discurso científico no campo das ciências sociais tem a capacidade de criar realidades, ou “atuar” sobre o mundo, é preciso interrogar quais seriam as realidades que esse discurso estaria ajudando a criar.

Essa capacidade de agir sobre o mundo não é uma exclusividade do discurso desse campo do saber específico. A rigor, qualquer ator inserido no campo social, seja ele humano ou não humano, detém algum grau de capacidade de ação sobre ele. O que proporciona uma abrangência maior da atuação das ciências sociais é a legitimidade atribuída socialmente ao seu discurso.

É nesse sentido que se justifica a escolha pelos jornais como metodologia de pesquisa, reconhecendo o seu poder de atuação sobre a opinião pública, ou seja, o jornal como produtor de realidades, que faz existir mundos na medida em que gera outras sociabilidades articuladas a materialidades. Melhor dizendo, ao ler uma matéria sobre o Reuni, ou sobre o desempenho dos alunos do ProUni, algo se torna presente a partir dos efeitos que os discursos jornalísticos produzem no campo social. Esse veículo midiático, para além do seu caráter meramente informativo, baseado em narrativas de fatos do cotidiano, carrega sentidos que ajudam inclusive a produzir um determinado entendimento sobre aquilo que é publicado. O papel político-social dos jornais, fruto do *status* de “formador de opinião”, pode ser usado de modo intencional ou não, de acordo com a maneira que resolve compor e organizar suas pautas. Os discursos veiculados nas chamadas e matérias produzem sentidos para o seu público-leitor, que se convertem em maneiras de se posicionar no mundo diante das mais variadas questões. No entanto, o que se veicula nos jornais também é produzido com base nos discursos que circulam no campo social de maneira mais ampla, compondo uma relação dialética, em que determinadas forças políticas entram em confronto.

No artigo “O(s) cotidiano(s) do(s) Rio(s) de Janeiro”,<sup>11</sup> de Ronald Arendt e Alexandra Tsallis (2006), os autores trabalham com notícias referentes ao Rio, entendendo o jornal como um actante, um “disparador de uma discussão que revele outros Rios de Janeiro possíveis” (p. 68). Em um sentido mais amplo, o que se propõe é problematizar o regime de verdades expresso no jornal, que, pelo seu caráter híbrido, parcial e não totalizante, pode deixar pistas ou apontar caminhos para outras descrições/produções possíveis. O jornal, como “um não humano feito por humanos, traduz, nesta relação complexa (os redatores e repórteres descrevendo o mundo com seus esquemas impostos pela prática jornalística), a realidade” (p. 68). É partindo dessa perspectiva, relacionado-a ao tema das políticas públicas para educação superior, que pretendemos nos debruçar sobre as notícias selecionadas.

### *O Globo*

No decorrer do período analisado, foram encontradas 34 notícias referentes às políticas públicas especificadas; sete delas fizeram referência ao Reuni, 10, ao ProUni, e 25 trataram do tema das cotas raciais.

As notícias sobre o Reuni se concentraram no mês de março, período em que o programa foi lançado pelo presidente Lula e os 53 reitores das universidades federais. Nos meses seguintes, o programa só foi citado duas outras vezes, juntamente com o ProUni, em publicidades institucionais, uma do governo federal e a outra referente aos dados do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

As notícias sobre o ProUni estiveram espalhadas pelo período tratado, e as referentes às cotas raciais concentraram-se no mês de maio, em função das votações acerca de sua constitucionalidade.

---

11 In: Spink, P. K.; Spink, M. J. (Orgs.). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais*. São Paulo: Cortez, 2006. 213 p.

### Matérias do jornal *O Globo* – março de 2008

Dia	Data	Seção	Notícia	Temas
Sexta-feira	14/3	O País	Universidades terão 358 mil novas vagas até 2012	Números do Reuni; menção a resistências na UFRJ
Sábado	15/3	Rio	Propostas do Reuni desagradam ao DCE e à Associação de Docentes da UFRJ	Críticas ao Reuni
Terça-feira	18/3	O País	Lula diz que faz revolução no ensino universitário	Números do Reuni e do ProUni
Domingo	23/3	Rio	UFRJ prepara 16 cursos para oferecer até 2012	Novos cursos; números do Reuni; críticas ao programa
Domingo	23/3	Rio	Outras universidades planejam expansão	Números do Reuni

### Matérias do jornal *O Globo* – abril de 2008

Dia	Data	Seção	Notícia	Temas
Quarta-feira	2/4	O País	Governo amplia financiamento para os bolsistas do Fies	Alterações no Fies; combinação Fies + ProUni
Sexta-feira	4/4	O País	Exame vale pontos no vestibular	Enem como critério de seleção do ProUni; critérios para receber a bolsa
Domingo	6/4	O País	Um grande voto no julgamento do ProUni	Discussão sobre a inconstitucionalidade do ProUni; ministro dá voto favorável à política; defesa das cotas no programa
Quarta-feira	9/4	O País	Reitor atribui invasão à política de cotas da UnB	Reitor relaciona ocupação da reitoria às críticas que recebe às políticas de inclusão social e racial adotadas na UnB; reserva de 20% das vagas para negros

Matérias do jornal *O Globo* – maio de 2008

Dia	Data	Seção	Notícia	Temas
Quinta-Feira	1/5	Capa	“Manifesto dos 113” condena cotas raciais	Citação do manifesto entregue ao Supremo Tribunal Federal
Quinta-feira	1/5	O País	Grupo entrega ao STF manifesto contra cotas	Grupo contrário à política de cotas raciais entregou uma carta de protesto ao presidente do STF; subsídio para a tomada de decisões; cita a votação sobre a inconstitucionalidade do ProUni e suas cotas; ministro da Educação defende ações afirmativas
Quinta-feira	1/5	O País	Os 113 antirracistas contra as leis raciais	Trecho da carta entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal
Quinta-feira	1/5	O País	Declaração sobre o “QI do baiano” causa revolta	Coordenador do curso de medicina da UFBA insinuou que a política de cotas para negros poderia ter contaminado o resultado do curso no Enade
Domingo	4/5	Cartas dos Leitores	Cotas raciais	Cartas de leitores favoráveis e contrárias às políticas de cotas raciais
Terça-feira	6/5	Rio	Prefeitura barra pré-vestibular em suas escolas	Prefeitura consegue suspender liminar que garantia aos professores e alunos de pré-vestibulares comunitários acesso aos espaços das escolas públicas municipais

Dia	Data	Seção	Notícia	Temas
Quarta-feira	14/5	O País	Supremo recebe manifesto a favor das cotas	Grupo de defensores da política de cotas raciais entregou um manifesto em defesa da causa ao presidente do Supremo Tribunal Federal
Quarta-feira	14/5	O País	Na UERJ, mais vagas que interessados	Gráfico mostrando que existem mais vagas para negros do que inscritos no vestibular desse ano
Quarta-feira	14/5	O País	Ipea: trabalhador negro ganha 53% menos que o branco	Cotas não teriam compromisso com a questão racial e manteriam longa a jornada rumo ao fim das disparidades
Quinta-feira	15/5	Opinião	Cotas raciais	Coluna intitulada "Nossa opinião" é contrária à política de cotas e cita o ProUni; coluna intitulada "Outra opinião" defende as cotas pelo tempo em que se mostrarem necessárias
Quinta-feira	15/5	Cartas dos Leitores	Cotas raciais	Cartas de leitores apresentando críticas às políticas de cotas raciais para as universidades
Sexta-feira	16/5	O País	Edson Santos defende cotas no STF	Ministro entregou ao presidente do STF documento favorável ao ProUni e às cotas raciais no Brasil
Terça-feira	20/5	O País	PDE (institucional)	PDE completa um ano; menção aos programas ProUni e Reuni

Dia	Data	Seção	Notícia	Temas
Terça-feira	20/5	Opinião	A história que contamos às crianças	Crítica ao projeto de lei que institui cotas raciais nas universidades (FED)
Quarta-feira	21/5	Opinião	Manifestos	Cita os manifestos entregues ao STF, sem se posicionar
Domingo	25/5	Economia	Ora, direis!	Crítica ao debate sobre as cotas que tem sido trazido para os órgãos de comunicação; posições contrárias não se baseiam em estudos sobre os resultados dessa política
Terça-feira	27/5	Opinião	Cotas	Considera a política de cotas ineficiente para abrir portas para o ensino superior, citando a estatística, que diz ter mais vagas para negros do que inscrições de candidatos; atribui o problema ao ensino público fundamental e médio
Quinta-feira	29/5	O País	Ministro defende cotas em instituições federais	Em encontro com os líderes partidários na Câmara, o ministro da Educação defendeu o projeto que cria sistema de cotas nas instituições federais de ensino superior; cotas raciais foram polêmicas

Matérias do jornal *O Globo* – junho de 2008

Dia	Data	Seção	Notícia	Temas
Domingo	8/6	O País	Esforço	Ministro dificilmente deixará o STF antes do julgamento da ação de inconstitucionalidade da atribuição das bolsas do ProUni a estudantes de escolas públicas e da reserva de vagas para negros
Terça-feira	10/6	Opinião	Obama vai dar samba	Defesa das cotas raciais nas universidades e em outras esferas sociais
Terça-feira	10/6	Opinião	Caetano e Obama	Considera a política de cotas raciais um retrocesso, com potencial para acirrar o racismo no Brasil
Quarta-feira	11/6	Rio	Atabaque das cotas	Grupo que levará projeto de aperfeiçoamento da lei de cotas do Estado para uma missa, visando abençoar a nova fase da UERJ
Terça-feira	17/6	O País	Brasil sedia encontro para avaliar políticas de combate ao racismo	Brasil foi escolhido por ser um dos países mais avançados na adoção de políticas de combate ao racismo; cotas como referência
Quinta-feira	19/6	Rio	Governo federal (institucional)	Cita os números da expansão do ensino superior no Estado, pautada nos programas Reuni e ProUni
Terça-feira	24/6	Opinião	Tribunais “raciais”	Condena a política de cotas; a UnB e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul adotaram tribunais “raciais” para julgar candidatos aptos a ocupar as vagas raciais

Dia	Data	Seção	Notícia	Temas
Quinta-feira	26/6	Opinião	O povo desorganizado	Cita que o último documento significativo assinado por Ruth Cardoso foi o “Manifesto dos 113”, contra as cotas raciais; cotas não respeitam princípio da igualdade

### Total de matérias, divididas por temas, publicadas no jornal *O Globo* – março a junho de 2008

	Reuni	ProUni	Cotas raciais	PVC*	Total (mensal)**
Março	5	1	0	0	5
Abril	0	3	2	0	4
Maio	1	4	15	1	18
Junho	1	2	8	0	8
<b>Total (temas)</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>35</b>

\*Pré-vestibulares comunitários.

\*\*Algumas matérias abordaram mais de um tema. O Total (mensal) diz respeito ao número de notícias publicadas.

A diferença quantitativa no que diz respeito à temática das notícias, com aproximadamente 70% delas abordando o tema das cotas raciais, nos aponta para uma importância bem mais significativa atribuída a esse tema pelos editoriais de *O Globo*. Esse número torna-se ainda mais expressivo, se levarmos em conta que metade das notícias referentes ao ProUni cruza com a temática das cotas. Elas tratam exatamente da votação no Supremo Tribunal de Justiça, que delibera sobre a sua constitucionalidade, por reservar bolsas de estudo para alunos de escolas públicas e/ou autodeclarados negros.

No mês de maio, o jornal também cobriu episódios envolvendo o STF, nos quais dois grupos divergentes entregaram manifestos favoráveis e contrários à política de cotas para negros nas universidades. Isso nos leva a pensar em algumas questões importantes:

Que sentidos são produzidos sobre o campo das políticas públicas para educação superior em âmbito nacional quando, durante um período de pouco mais de três meses, praticamente se monopoliza o debate em torno de uma só questão, referente às cotas raciais? Por que razões, dentre os vários aspectos referentes a cada uma dessas políticas, esse jornal decide centrar suas pautas no tema das cotas raciais? Que tipo de “atuação” se pretende quando se constrói esse discurso, e quais as intervenções que eles podem engendrar nas práticas cotidianas?

### **Política de cotas: a mensagem por trás dos editoriais**

Podemos começar a responder a essas perguntas levando em consideração que a única reportagem a ocupar uma chamada na capa do jornal *O Globo*, durante todo o período estudado, foi justamente a que aludia ao manifesto entregue pelo grupo contrário à política de cotas, sendo publicada no dia 1<sup>o</sup> de maio da seguinte maneira:

1/5 – ‘Manifesto dos 113 condena cotas raciais’

Um manifesto contra as cotas raciais em vestibulares, assinado por 113 intelectuais e artistas, foi entregue ontem ao presidente do STF, Gilmar Mendes.

Vale lembrar que, no dia 14 de maio, o presidente do STF recebeu outro manifesto de um grupo favorável a essa política, noticiado no jornal sem receber a mesma importância para ocupar uma menção na primeira página. Voltaremos às notícias referentes aos manifestos logo adiante. Neste momento, a coluna “Panorama Econômico” do dia 25 de maio, com o título “Ora direis!”, de autoria de Miriam Leitão, pode nos ajudar a refletir sobre essas questões que perpassam o próprio jornal que ela assina:

25/5 – O manifesto contra as cotas tem alguns intelectuais respeitáveis. Mais os respeitaria se estivessem pedindo avaliações e estudos sobre o desempenho de política tão recente; primeira e única tentativa em 120 anos de fazer algo mais vigoroso que deixar tudo como está para ver como é que fica. O *status quo* nos trouxe até aqui: a uma sociedade de desigualdades raciais tão vergonhosas de ruborizar qualquer um que não tenha se deixado anestésiar pela cena e pelas estatísticas brasileiras. Ora, direis: O que tem o glorioso abolicionismo com uma política tópica – para tantos equivocada – de se reservar vagas a pretos e pardos nas universidades públicas?

Ora, a cota não é a questão. Ela é apenas o momento revelador, em que reaparece com força o maior dos erros nacionais: negar o problema para fugir dele.

Os negacionistas – expressão da professora Maria Luisa Tucci Carneiro, da USP – sustentam que o País não é racista, mas que se tornará caso alguns estudantes pretos e pardos tenham desobstruído seu ingresso na universidade.

Erros surgiram na aplicação das cotas. Os gêmeos de Brasília, por exemplo. Episódios isolados foram tratados como o todo. Tiveram mais destaque do que a análise dos resultados da política. Os cotistas subverteram mesmo o princípio do mérito acadêmico? Reduziram a qualidade do ensino universitário? Produziram o ódio racial? Não vi até agora nenhum estudo robusto que comprovasse a tese manifesta de que uma única política pública, uma breve experiência, pudesse produzir tão devastadoras consequências. Os órgãos de comunicação têm feito uma enviesada cobertura do debate. Melhor faria o jornalismo se deixasse fluir a discussão, sem tanta ansiedade para, em cada reportagem, firmar a posição que já está explícita nos editoriais. A mensagem implícita em certas coberturas só engana os que não têm olhos treinados.

A diferença na maneira de cobrir a entrega dos dois manifestos, bem como a forma de dispor as matérias na página, mostra uma clara

inclinação em direção à produção de sentidos contrários à política de cotas para o público leitor. É essa mensagem implícita que se oferece aos “olhos destreinados”, quando o único manifesto que tem seus trechos originais publicados é o que se posiciona contrário às cotas. Junto a isso, somente na cobertura do manifesto contrário é que a matéria diz que “o texto servirá de subsídio aos ministros na elaboração dos votos que serão dados no julgamento de duas ações que tramitam no tribunal sobre o assunto” (*O Globo*, 1º maio 2008).

Mesmo ao relatar o episódio referente à entrega do manifesto favorável às cotas, a relação que se constrói entre o seu texto e as notícias periféricas produz sentidos contrários a essa medida. A página 13 da edição de 14 de maio é um exemplo interessante, que se organiza da seguinte maneira:

Seção ‘O País’

‘Supremo recebe manifesto a favor das cotas’

‘Na UERJ, mais vagas que interessados’

‘Trabalhador negro ganha 53% menos que o branco’

Ao lado da matéria sobre o manifesto favorável, aparece outra reportagem dizendo que, na UERJ, uma das universidades pioneiras nas políticas de cotas raciais no Brasil, o número de vagas na categoria reservada para negros é maior do que o número de inscritos. A reportagem relata que um estudo amplo para avaliar as consequências dessa política na UERJ está em desenvolvimento, porém, o único dado que se apresenta é um gráfico, que ocupa boa parte do espaço destinado à notícia, mostrando que a procura das vagas raciais na UERJ tem diminuído ao longo dos anos. O conceito de multimodalidade – trabalhado por Mary Jane Spink (2006) no artigo “O poder das imagens na naturalização das desigualdades: os crimes no cotidiano da mídia jornalística”<sup>12</sup> – mostra-se

12 In: Spink, P. K.; Spink, M. J. (Org.). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais*. São Paulo: Cortez, 2006. 213 p.

interessante para pensar os sentidos produzidos nessa notícia. A articulação da chamada com a disposição gráfica da tabela pode ser entendida como uma prática discursiva importante para o sentido que se tem no cruzamento das notícias.

No fim da página, aparece uma terceira matéria, baseada em uma pesquisa do Ipea sobre as desigualdades entre negros e brancos no País. Sua relevância se apresenta quando ela diz textualmente que “as políticas públicas em andamento (programas de transferência de renda e ações específicas, como as cotas) não têm compromisso com a questão racial e mantêm longa jornada rumo ao fim das disparidades”.

A linha de leitura que perpassa cada um desses recursos semióticos, sejam eles textos ou imagens, produz um sentido mais amplo e certo. Extraímos do diálogo entre as matérias que a política de cotas é equivocada, pois, além de não existir demanda social para esse tipo de medida, ela não é funcional para combater desigualdades. Assim, apoiado em uma rede de atores ou actantes díspares – humanos e não humanos –, o jornal *O Globo* “faz existir” na materialidade de suas páginas uma determinada política de cotas, diante da qual se torna difícil a tomada de uma posição favorável.

### Temas das matérias divididas por seção, jornal *O Globo* – março a junho de 2008

	Reuni	ProUni	Cotas raciais	PVC	Total
Capa	0	0	1	0	1
O País	3	8	12	0	23
Cartas dos Leitores	0	0	2	0	2
Opinião	0	1	8	0	9
Rio	4	1	1	1	7
Economia	0	0	1	0	1

Um último caminho de análise nos mostra que o tema das cotas raciais foi o único tratado por todas as sessões do primeiro caderno de *O Globo*, incluindo a sessão de Economia, mostrando que o debate referente a esse tema possui grande amplitude no cenário social, rompendo com as categorias temáticas usuais. Fazendo uso dos conceitos de Bruno Latour, poderíamos entender que as cotas raciais envolvem uma rede de atores heterogêneos, alguns deles com seus discursos representados nos jornais. As múltiplas vozes ajudam a compor esse “quase objeto” que é a política de cotas. Objeto mestiço, que coloca uma série de atores em rede – jornalistas, intelectuais, ativistas do movimento negro, políticos, professores universitários, alunos e o próprio jornal em sua materialidade: gráficos, fotografias, a distribuição e a composição das notícias –, todos eles versando sobre um mesmo assunto.

Dentre os oito artigos escritos no Caderno de Opinião referentes às cotas raciais, seis deles defendiam posições contrárias, baseando-se sempre nos argumentos da violação do princípio da isonomia e da meritocracia, apontando para o perigo de se dividir “artificialmente” a sociedade brasileira entre negros e brancos, incitando o ódio racial.

Ali Kamel, autor do livro *Não somos racistas* (2006) e diretor executivo do jornal *O Globo*, assinou três das colunas de Opinião contrárias às cotas no período trabalhado, ocupando um papel importante na “produção de realidades”, deflagrada por Miriam Leitão<sup>13</sup> em sua coluna. Esse fato demonstra o caráter plural expresso nas folhas do jornal, que, embora organize o espaço das notícias priorizando as narrativas contrárias à política de cotas, comporta também vozes de jornalistas ou articulistas que apresentam críticas à sua própria posição. A questão que fica em aberto é a da capacidade de o leitor elaborar uma leitura crítica que lhe permita uma compreensão do

---

13 Colunista da seção “Economia” do jornal *O Globo*.

lugar ocupado pelos discursos jornalísticos na intenção de “fazer existir” uma dada realidade e, com isso, consolidar ações políticas em uma dada direção. Nesse ponto é que buscamos objetivar o caráter político e ético da pesquisa em pauta, e o papel do pesquisador como aquele que interfere, “faz existir” outras possíveis realidades a partir do seu texto. Logo, o método de pesquisa não é neutro, e seu “fazer” também produz realidades. Nessa abordagem, a pesquisa em pauta retoma a discussão do método, ou seja, as ciências humanas e sociais produzem realidades ao apresentar o mundo de uma determinada maneira, ou seja, produzindo o social ou “*enacting the social*”.

### **Reuni e ProUni: a educação superior entre o público e o privado**

As matérias referentes a esses dois programas propriamente, na maioria das vezes, apresentaram um caráter mais informativo, com um enfoque mais quantitativo referente a metas, prazos e orçamentos. As considerações referentes ao ProUni se limitaram ao debate em torno das cotas, anteriormente citado, que o programa prevê. Já o Reuni foi alvo de algumas poucas críticas por parte de atores institucionais das próprias universidades que aderiram ao programa, as quais podem ser exemplificadas na seguinte notícia referente à UFRJ:

15/3 – ‘Propostas do Reuni desagradam ao DCE e à associação de Docentes da UFRJ’

A ampliação do acesso à universidade é necessária, mas a forma como será feita no Reuni pode tornar o ensino mais precário.

Cristina afirma que dois módulos do programa que foram aceitos pelas universidades, mas ainda não aprovados pela UFRJ, diminuem o tempo de permanência dos alunos nas instituições. Pelo programa, está sendo criado o bacharelado interdisciplinar. Todos os estudantes fazem ciclo básico, mas apenas os que estiverem mais aptos podem se especializar.

– Isso não é ampliar o acesso. É jogar o funil do vestibular mais pra frente – disse.

Esse olhar sobre o programa postula a existência de uma ameaça para a qualidade do ensino superior público, que daria uma formação superficial à grande maioria de jovens, por meio dos bacharelados interdisciplinares, e estimularia a competição entre os alunos do próprio curso, visto que somente os melhores poderiam se especializar.

Em meio a uma série de números e metas que dão proporções macrossociais ao Reuni, um discurso marginal se produz sobre o programa. Atores do corpo docente e discente alertam para os riscos de se encarar a universidade pública como uma empresa privada que precisa ser mais produtiva, aumentando o acesso ao custo da redução da qualidade e da permanência. Apontam para uma crítica à lógica neoliberal, que formaria jovens desqualificados para o mercado.

Outra questão referente aos impasses entre as fronteiras do público e do privado no campo da educação pode ser levantada na parte final da seguinte notícia:

14/3 – ‘Universidades terão 358 mil novas vagas até 2012’

Haddad lembrou que apenas 12% da população brasileira de 18 a 24 anos estão na faculdade, a maioria em instituições particulares:

– Isso só se resolve com a expansão da universidade pública. Enquanto houver espaço para o setor privado avançar, ele vai avançar, porque existe garantia constitucional para que exerça uma função que o Estado não está exercendo. São ações como o Reuni que mudam a feição do sistema.

Percebemos, aqui, que o tratamento dado ao panorama do ensino superior brasileiro apresenta de maneira naturalizada a ex-

pansão da iniciativa privada no cerne de um campo de atuação social historicamente tido como atribuição do Estado. O direito constitucional de garantir uma educação pública e de qualidade perde vigor diante de outro que garante ao setor privado ocupar as lacunas da atuação do Estado, que cada vez tomam maiores proporções dentro da cultura do Estado mínimo.

### Conclusão

Retomando o conceito de *enacting* para entender as atuações do jornal no campo social, relacionando-o à análise apresentada sobre as notícias, percebemos que o jornal *O Globo* atuou, articulado a uma série de outros atores, no sentido de fazer existir uma dada realidade contrária à política de cotas. Se concebermos o discurso jornalístico como uma “materialidade”, ou um “não humano”, capaz de mediar relações entre seres humanos, fica evidente que as matérias publicadas adotaram uma direção na produção de subjetividades contrárias à política em questão.

Porém, vale lembrar que o jornal é também um objeto de consumo voltado para um segmento social específico e, portanto, suas pautas também precisam se orientar pelos possíveis interesses do seu público-alvo. Isso ajuda a desconstruir a ideia de um jornalismo imparcial, que apenas descreve os fatos, recebendo o mesmo olhar crítico que aponta a ineficácia do antigo paradigma das ciências sociais para olhar o contemporâneo. Entretanto, é evidente que jornais são responsáveis pelas notícias que publicam, pois seus discursos atuam no mundo produzindo “verdades” e fortalecendo certas produções de subjetividades. No entanto, eles não produzem esses discursos no “vazio”. Encontram seus argumentos e posicionamentos inclusive no nicho social para o qual estão voltados, apresentando aquilo que seu público-alvo espera ler, ou com o que ao menos esteja familiarizado. Ou seja, o jornal é uma espécie de simulacro de determinadas práticas sociais correntes, produto e produção do seu próprio meio.

Levando isso em consideração, percebemos que o número bem mais elevado de notícias referente às políticas de cotas raciais marcou a relevância que esse tema ocupa no imaginário brasileiro.<sup>14</sup> Apesar de a coluna “Panorama Econômico”, do dia 25 de maio, ter apontado a existência de uma orientação contrária, isso não significa dizer que não houve espaço para notícias manifestando expressões favoráveis à política de cotas. Pelo contrário, o que se evidenciou foi uma disputa política referente ao tema nas próprias páginas do jornal, em que os discursos pró-cotas claramente ocuparam lugares “marginais” em face do posicionamento central contrário a essa medida.

Podemos pensar que *O Globo*, por ser uma produção discursiva que se dirige a uma classe social específica – classe essa que ocupa posições de poder estratégicas dentro da sociedade brasileira –, esteve mais comprometido em apresentar argumentos para subsidiar uma tomada de posição negativa diante das cotas. Os argumentos, em sua maioria contrários à política, refletem a resistência a um projeto que propõe transformações drásticas no cenário acadêmico, ameaçando o lugar historicamente privilegiado que os alunos das classes sociais mais favorecidas ocupam dentro das universidades. Isso se intensifica com a possibilidade de que metade das vagas nas universidades federais sejam ocupadas por esses outros atores, fortalecendo o contato com a alteridade, caso o Projeto de Lei nº 73/1999 seja aprovado na Câmara dos Deputados.

Apesar dessa clara inclinação, outros olhares sobre a política de cotas estiveram presentes de forma lateral, da mesma forma que os discursos críticos ao Reuni margearam a ideia central de um programa bem-sucedido. Isso faz com que, apesar de adotar um

---

14 Apesar de o racismo não representar o objetivo maior de investigação desta pesquisa, mas, sim, a relação entre juventude e política, não é possível desconsiderar a importância que o tema ocupa dentro desta discussão, tendo em vista a repercussão das cotas raciais no discurso jornalístico.

determinado viés, *O Globo* ocupe um papel em que a sua leitura comporta “linhas de fuga” para outras reflexões sobre as temáticas.

É interessante, porém, notar que, na rede de atores que tratam dessas políticas no jornal, não há espaço para a voz dos alunos bolsistas/cotistas, nem da “população-alvo” dessas medidas. Essa ausência representa uma lacuna discursiva importante para a composição do “quase objeto” cota racial, desconsiderando um relato fundamental para a compreensão e negociação social desta. Não é possível entender esse silêncio como uma casualidade, ficando ainda mais evidente o compromisso da direção adotada pelo jornal. Percebido isso, fica a seguinte questão para a continuação da pesquisa: o que será que têm a dizer esses atores que, segundo o jornal, não possuem lugar de fala nessa rede?

### Referências bibliográficas

- ARENDDT, R. Maneiras de pesquisar no cotidiano: contribuição da teoria ator-rede. *Psicologia & Sociedade*, n. 20, edição especial, p. 7-11, 2008.
- ARENDDT, R.; TSALLIS, A. O(s) cotidiano(s) do(s) Rio(s) de Janeiro. In: SPINK, M. J.; SPINK, P. (Orgs.). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais*. São Paulo: Cortez, 2006.
- CALLON, M. Society in the making: the study of technology as a tool for sociological analysis. In: BIJKER, W. et al. (Eds.). *The social construction of technological systems. New directions in the sociology and history of technology*. Cambridge (Mass.): MIT Press, 1986. p. 83-103.
- KAMEL, A. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- \_\_\_\_\_. Where are the missing masses? The sociology of a few mundane artifacts. In: BIJKER, W. et al. (Eds.). *Shaping technology building society*. Cambridge (Mass.): MIT Press, 1992b. p. 225-259.
- LAW, J.; URRY, J. *Enacting the social*. Net, Lancaster, 2003. Department of Sociology. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/soc099jlju.html>>. Acesso em: 20 jun. 2008.
- MORAES, M. O. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 321-333, maio-ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v11n2/05.pdf>>.
- SOUZA, S. J. e; ALBUQUERQUE, E. D. P. E. Wittgenstein e Walter Benjamin: inquietações éticas e filosóficas como formas de viver e pensar. *Psicologia Clínica*, v. 20, p. 1-24, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-566520080001000008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-566520080001000008&script=sci_arttext)>.
- SPINK, M. J. O poder das imagens na naturalização das desigualdades: os crimes no cotidiano da mídia jornalística. In: SPINK, M. J.; SPINK, P. (Orgs.). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, n. 20, edição especial, p. 70-77, 2008.